





1- COMO PROCEDER NA FALTA DE UM PALESTRANTE

Considerando o curto espaço de tempo destinado para a organização das Conferências Municipais e a conseqüente dificuldade em localizar palestrantes externos, sugerimos algumas dinâmicas que favoreçam o debate ampliado sobre a política de desenvolvimento urbano.

- Mesa-redonda composta por representantes dos vários segmentos da sociedade civil e do Poder Público local.
- Apresentação de diagnóstico da questão urbana no Município, considerando os eixos da mobilidade e infra-estrutura, saneamento, política habitacional, implementação dos planos diretores participativos.

O importante é que a Conferência seja um momento de avaliação, reflexão, debate e proposições. Também que seja garantido espaço para a discussão por todos envolvidos, com pluralidade de opiniões na busca da constituição de políticas públicas participativas.

No site da conferência – link "documentos" está disponível uma proposta de apresentação em power point para orientar técnicos locais.







2- O QUE DEBATER NO DIA DA CONFERÊNCIA

As questões abaixo foram retiradas do documento base da 4ª Conferência Nacional das Cidades, item "Temas para Debate". O CONCIDADES-PR acredita que, se estas questões forem enfocadas nas Conferências Municipais, o sucesso da Conferência das Cidades no nosso estado já está garantido. Divulguem, analisem, esclareçam dúvidas e

induzam o debate destas questões entre os participantes.

Eixo 01: CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS DAS CIDADES, PLANOS, FUNDOS E SEUS CONSELHOS GESTORES NOS NÍVEIS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E NO DISTRITO FEDERAL

Desafios a serem debatidos:

- 1) O município, ou o Estado instituiu o conselho da cidade? É deliberativo?
- 2) Existem outros conselhos de abrangência setorial relacionados à política urbana?
- 3) O conselho da cidade (ou equivalente) discute de forma integrada as temáticas de habitação, saneamento, mobilidade e planejamento urbano e/ou outras?
- 4) Qual a composição do conselho? A participação da sociedade civil e do poder público reflete a composição do Conselho das Cidades de âmbito nacional?
- 5) O município, ou o estado tem lei de criação do conselho e do fundo local de habitação de Interesse social?
- 6) O município possui plano diretor, plano local de saneamento, de habitação e de mobilidade urbana?

Eixo 2: APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE E DOS PLANOS DIRETORES E A EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE DO SOLO URBANO

Desafios a serem debatidos:

- 1) O Município tem Plano Diretor aprovado? Já foi revisado?
- 2) Na elaboração do Plano Diretor, quais os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades foram incorporados? Foram implementados?
- 3) Alguns dos seguintes instrumentos foram utilizados no município: o estudo de impacto de vizinhança, a outorga onerosa e transferência do direito de construir, direito de preempção, consórcio imobiliário e operação urbana consorciada?
- 4) A cidade possui imóveis públicos e privados (prédios e terrenos) desocupados? Há projetos para sua utilização para habitação de interesse social?
- 5) O município demarcou Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS? No Plano Diretor, ou em lei específica?







- 6) Que ações estão sendo realizadas para a regularização fundiária em áreas ocupadas para habitação de interesse social?
- 7) O município tem algum programa de locação social?

Eixo 3. A INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA URBANA NO TERRITÓRIO: POLÍTICA FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA

Desafios a serem debatidos:

- 1) Na administração municipal e estadual, quais são os órgãos ou secretarias responsáveis pelas políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano?
- 2) As políticas setoriais, obras e serviços de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano são planejadas e executada de forma integrada?
- 3) Quando se implantam novas habitações ou se faz regularização fundiária, as áreas são equipadas com luz, água, esgoto, coleta de lixo, vias de acesso, transporte, comércio e serviços? São próximas às áreas urbanizadas?
- 4) O município está integrado a uma política regional ou metropolitana? Participa de consórcios metropolitanos ou intermunicipais? Quais? Existe integração de tarifas ou serviços entre os municípios da região?
- 5) Há integração das políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano com as demais políticas sociais, como as de saúde, educação, assistência ou desenvolvimento social?
- 6) Há obras do PAC no município? Essas obras levam em consideração o Plano Diretor e as políticas setoriais de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano?
- 7) O que precisa melhorar no saneamento: água potável, coleta de lixo, coleta de esgoto, tratamento do esgoto e drenagem de águas pluviais?
- 8) O que precisa melhorar no transporte, mobilidade e acessibilidade urbana?

Eixo 4. RELAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - COMO PAC E MINHA CASA, MINHA VIDA - E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Desafios a serem debatidos:

- 1) Como integrar os Programas como o PAC e o MCMV nos espaços decisórios dos Conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais?
- 2) Como reforçar o controle social sobre os Programas de Governo?
- 3) O planejamento de programas, obras e ações relacionadas ao desenvolvimento urbano, no município e no Estado, é debatido com a comunidade?
- 4) O Plano Plurianual PPA a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentária Anual LOA são amplamente debatidos e divulgados?







- 5) O município tem recebido recursos para a Política de Desenvolvimento Urbano Estaduais, Federais e de outras fontes externas? Quais?
- 6) A aplicação dos recursos para planos, programas e obras do município e estado é acompanhada pela sociedade civil? A forma desse acompanhamento é satisfatória?

Coordenação Executiva da 4ª Conferência Estadual das Cidades